



Compromisso do **Banco do Brasil** com as Mudanças Climáticas

Agosto/2019

Compromisso do Banco do Brasil com as Mudanças Climáticas

Contexto

As mudanças climáticas representam, atualmente, um dos grandes desafios da humanidade. A emissão de gases de efeito estufa (GEE) causados pelas atividades humanas e os seus possíveis impactos sobre processos econômicos e ecológicos, baseados em fortes evidências científicas, vem apresentando um potencial disruptivo de processos econômicos e sociais que necessita ser abordado pela sociedade.



Em 2015, durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, na França, 196 países firmaram o Acordo de Paris, documento pelo qual se obrigaram a adotar metas para redução de emissões de gases de efeito estufa, tendo por objetivo reduzir as emissões de seus processos produtivos, na tentativa de combinar esforços em benefício de um futuro de baixo carbono, em que o aquecimento médio global não ultrapasse os 2°C acima dos níveis pré-industriais.

Para o alcance do objetivo final do Acordo, os governos se envolveram na construção de seus próprios compromissos, a partir das chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês). Por meio das NDCs, cada nação apresentou sua contribuição de redução de emissões dos gases de efeito estufa, seguindo o que cada governo considerava viável a partir do cenário social e econômico local. O governo brasileiro comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2025 em 37% abaixo dos níveis de 2005, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005 até 2030.

Para líderes do Fórum Econômico Mundial (FEM), os riscos ambientais estão entre os mais graves em termos de efeito sobre a riqueza e a prosperidade do mundo na atualidade. As mudanças climáticas seguem em destaque na alta agenda do fórum nos últimos cinco anos, com o reconhecimento de que se está atingindo um ponto de crise em várias partes do mundo. De acordo com o relatório “*Global Risks Report 2019*”¹, desde 2011 a mudança do clima permeia entre os cinco principais riscos globais em termos de probabilidade e impacto econômico.

Em 2018, o Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (*Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC*) lançou um relatório especial, no qual reforça que, mesmo com as metas estabelecidas pelos países sob o Acordo de Paris, a trajetória é de um aumento médio da temperatura em 3°C até o fim do século em relação aos níveis pré-industriais (IPCC, 2018), considerando as tendências observadas e os impactos sobre as atividades econômicas.

1. Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2019.pdf

TCFD – Task Force on Climate-Related Financial Disclosure

O Conselho de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Board - FSB*)² foi criado em 2009 pelo Grupo dos 20 (G20), grupo constituído por ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos 19 países de economias mais desenvolvidas do mundo, mais a União Europeia. O FSB é o órgão internacional que monitora e faz recomendações sobre o sistema financeiro global. Em 2015 anunciou o estabelecimento de uma força tarefa, a *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), para desenvolver uma forma consistente de reporte dos riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas.

Nesse sentido, as empresas terão que desenvolver um modelo de governança para o tema mudanças climáticas contendo estratégia, gestão de riscos e oportunidades e indicadores de gestão, visando disponibilizar informações sobre o potencial impacto das mudanças climáticas para clientes, investidores, seguradoras e demais partes interessadas no que se refere aos impactos dos riscos físicos, de transição e demais oportunidades relacionadas ao tema.

De acordo com o relatório da TCFD³, um dos mais significativos riscos que as organizações enfrentam hoje são relacionados à mudança do clima. Enquanto é amplamente reconhecido que a continuidade das emissões de gases de efeito estufa está agravando o aquecimento do planeta e isso poderá levar a prejuízos econômicos e sociais, o exato momento e severidade dos efeitos físicos são difíceis de estimar, o que faz do problema um desafio único, especialmente no contexto de tomada de decisão econômica.

Os impactos não são apenas físicos e não se manifestam apenas no longo prazo. A redução das emissões de GEE implica na redução do uso de combustíveis fósseis e ativos físicos relacionados, com a consequente perda de lucratividade de atividades relacionadas. Por outro lado, a transição para uma economia de baixo carbono gera oportunidades de soluções em mitigação de emissões e adaptação às consequências das mudanças climáticas, como o aumento de tecnologias limpas e mais eficientes, metas de redução de consumo de recursos (energia, combustíveis, papel), financiamento de técnicas agropecuárias de baixa emissão de carbono, priorização de fontes de energia fotovoltaica e eólica, aumento da resiliência de infraestrutura de cidades, entre outras.

Estima-se que a transição esperada para uma economia de baixo carbono exija cerca de US\$ 1 trilhão de investimento por ano, gerando novas oportunidades de investimento. Ao mesmo tempo, o risco de reputação de organizações

expostas aos efeitos das mudanças climáticas pode variar significativamente, já que essas organizações podem ser mais afetadas pelos impactos físicos das mudanças climáticas, pelas políticas climáticas e por novas tecnologias. Um estudo de 2015⁴ estimou que, até o final do século, o valor de ativos no mundo sob risco ligado a mudança climática irá variar de US\$ 4,2 trilhões a US\$ 43 trilhões.

O Banco do Brasil, ciente da relevância e urgência do tema das mudanças climáticas e da importância do engajamento de governos, setor privado e sociedade nos esforços para a redução dos gases de efeito estufa e para a adaptação de



2. O *Financial Stability Board* (FSB) foi estabelecido em 2009 como sucessor do *Financial Stability Forum* (FSF). O FSF foi fundado pelo G7 em 1999 e por uma demanda dos líderes do G20 em 2008 para se tornar uma instituição mais forte, ele foi reestabelecido como FSB em 2009.

3. *Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures*. Disponível em <https://www.fsb-tcfid.org/wp-content/uploads/2017/06/FINAL-TCFD-Report-062-817.pdf>

4. The Economist Intelligence Unit, "The Cost of Inaction: Recognising the Value at Risk from Climate Change", 2015. Value at risk measures the loss a portfolio may experience, within a given time horizon, at a particular probability, and the stock of manageable assets is defined as the total stock of assets held by non-bank financial institutions. Bank assets were excluded as they are largely managed by banks themselves.

comunidades em áreas de vulnerabilidade climática, está comprometido com a transição para uma economia de baixo carbono e com o papel de liderança que o Brasil pode assumir neste tema.

O que nos orienta?

No Banco do Brasil a Responsabilidade Socioambiental Empresarial (RSAE) está expressa em políticas e nos diversos compromissos voluntários assumidos ao longo do tempo. O principal objetivo da governança em RSAE é gerir o desempenho socioambiental do BB, o que ocorre a partir da implementação e disseminação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social e ambiental nos negócios e na relação ética e transparente com as partes interessadas.

As mudanças climáticas estão contempladas na Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA e também nas Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito.

As Diretrizes são norteadores socioambientais a serem considerados na análise de propostas de empréstimos e financiamentos. Abordam temas estratégicos, entre os quais mudanças climáticas, e são aplicáveis na análise e concessão de crédito para os setores de Agronegócio, Energia Elétrica, Construção Civil, Mineração, Petróleo e Gás, Transportes, Agricultura Irrigada, Siderurgia e Papel e Celulose. A elaboração e revisões anuais das Diretrizes conta com a participação de diversos *stakeholders* (acionistas, especialistas do setor, ONGs, clientes e funcionários), com suporte da análise de estudos e relatórios que, por sua vez, consideram projeções de modelos globais climáticos. Em 2018, as Diretrizes foram atualizadas considerando os aspectos legais, políticos, econômicos e socioambientais.

Outras políticas contemplam aspectos socioambientais diversos, que são também considerados em práticas negociais e administrativas, a exemplo das operações de crédito e de investimento, e de relacionamento com



Agenda 30 BB **é instrumento para** **acompanharmos iniciativas** **instituídas de acordo** **com a Política de** **Responsabilidade Socioambiental**

Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB

fornecedores e funcionários. Por sua relevância, essas orientações estão replicadas nas Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito para diferentes setores.

O Plano de Sustentabilidade do Banco do Brasil contribui para o aprimoramento de negócios e processos ao consolidar ações com viés socioambiental. Revisado a cada dois anos e ordenado em desafios em sustentabilidade priorizados pela alta administração, ele se desdobra em compromissos estabelecidos para um período de três anos.

A partir de 2017 o Plano passou a ser denominado de Agenda 30 BB. A nova pauta reflete as premissas da Agenda 2030 global e é inspirada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), atendendo ao chamado global para a construção de um mundo direcionado por gestão adequada dos recursos naturais, respeito aos direitos humanos e geração de resultados sustentáveis.



A Agenda 30 BB faz com que processos internos sejam adotados de forma robusta, pactuando compromissos e ações que têm impacto nos negócios como um todo. Com negócios e práticas administrativas cada vez mais sustentáveis, o BB dissemina a toda sua cadeia de valor a importância da incorporação dos princípios da sustentabilidade no planejamento e na execução de ações. A sustentabilidade é um pilar transversal na estratégia do Banco, que tem suas lideranças comprometidas com o desafio de conciliar a competitividade empresarial com a construção de um mundo mais sustentável.

No Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB 2019/2021, os assuntos climáticos são contemplados nos **desafios 17**

(aprimorar a gestão do tema mudanças climáticas no Banco do Brasil de modo que contemple a governança, os riscos, as oportunidades e adaptações) e **19** (aprimorar a gestão do risco socioambiental a partir de critérios socioambientais na concessão de financiamentos, considerando também os assuntos polêmicos). Por meio do Relatório Anual do BB são prestadas contas das ações desenvolvidas no período anterior e das ações que serão desenvolvidas nos próximos anos.

Pactos e compromissos voluntários

Há quase três décadas o Banco do Brasil vem participando de diversos Fóruns e Iniciativas nos âmbitos governamental e privado.





Dentre os compromissos e pactos voluntários assumidos ao longo do tempo, vários abordam o tema mudanças climáticas de forma direta ou transversal, a exemplo dos seguintes:

- *Caring for Climate – The Global Compact*
- *CDP*
- *Empresas pelo Clima – EPC*
- *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*
- *Princípios do Equador*
- *Programa Brasileiro GHG Protocol*

Governança em RSAE

A RSAE permeia a estrutura organizacional e está expressa nas políticas e nos diversos compromissos voluntários assumidos. O principal objetivo da governança em RSAE é gerir o desempenho socioambiental, com base na Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social e ambiental nos negócios e na relação ética e transparente com os públicos de interesse.

Os assuntos relacionados às mudanças climáticas, tanto na ótica de riscos quanto de oportunidades, são tratados, de acordo com as suas especificidades, pelas diversas instâncias que fazem parte da governança em RSAE no BB.

Estrategicamente, o tema RSAE é conduzido pela Diretoria

Estratégia e Organização (Direo), enquanto a Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) é responsável pelo gerenciamento do risco climático.

O Fórum de Sustentabilidade, que está subordinado ao Comitê Executivo de negócios, trimestralmente acompanha as iniciativas socioambientais e ações previstas na Agenda 30 BB e apoia o processo de incorporação, alinhamento e disseminação dos preceitos e práticas de mitigação e adaptação as mudanças climáticas. O Conselho Diretor, por sua vez, aprova as ações propostas no Plano de Sustentabilidade BB (Agenda 30) a cada dois anos, além de buscar o aprimoramento da atuação da instituição no que tange às questões climáticas.

O desempenho socioambiental do BB é ainda acompanhado anualmente pelo Comitê de Administração do BB, assessorado pelo Comitê de Risco e de Capital, que tem como finalidade auxiliar o Conselho de Administração - CA no exercício das suas funções relativas à gestão de riscos, entre os quais o risco climático.

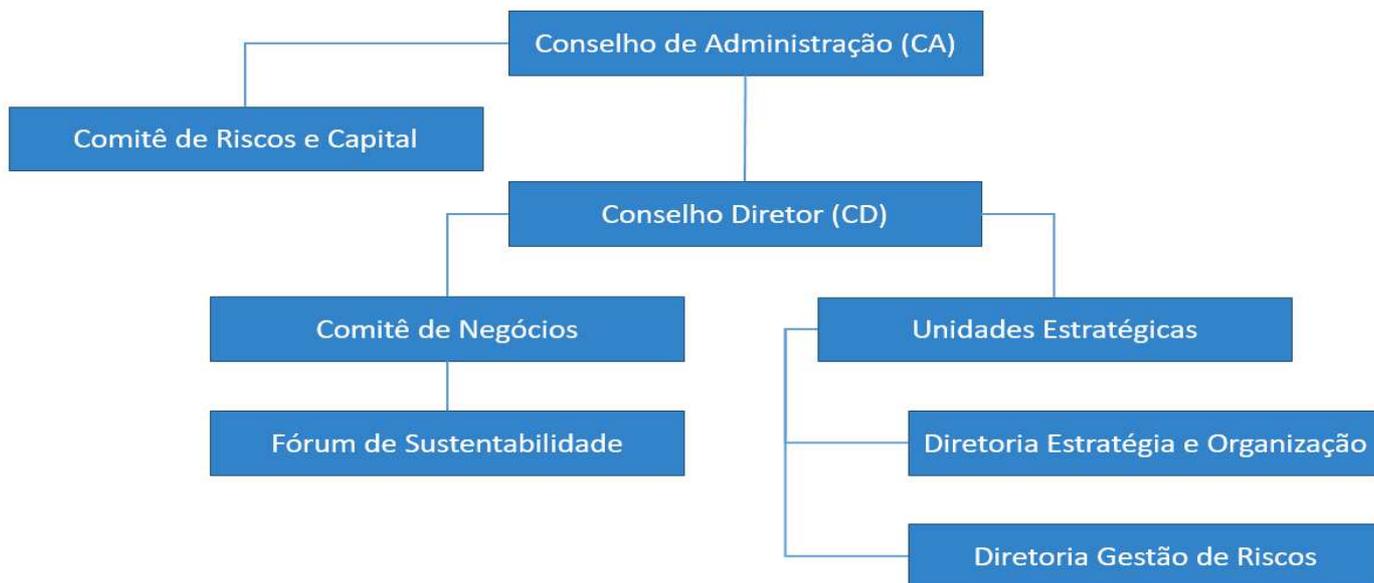
A governança da RSAE no BB está assim estruturada:

- **Conselho de Administração:** acompanha anualmente o desempenho socioambiental e as iniciativas em andamento;
- **Conselho Diretor:** aprova, bianualmente, as ações do Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB e acompanha, semestralmente, as iniciativas correlatas;

- **Comitê de Riscos e de Capital:** assessora o CA no exercício das suas funções relativas à gestão de riscos, entre as quais o socioambiental e de capital;
- **Fórum de Sustentabilidade:** apoia a incorporação, o alinhamento e a disseminação dos preceitos e práticas de sustentabilidade, e acompanha as iniciativas socioambientais e a implantação das ações da Agenda 30

BB. Esse fórum tem periodicidade trimestral e está subordinado ao Comitê Executivo de Negócios;

- **Diretoria Estratégia e Organização:** conduz o tema responsabilidade socioambiental empresarial;
- **Diretoria Gestão de Riscos:** conduz a gestão do risco socioambiental no Banco do Brasil.



Gestão do risco climático

Por definição, o risco climático consiste na possibilidade de perdas decorrentes da transição dos negócios para uma economia de baixo carbono, do desencadeamento de eventos climáticos extremos ou que trarão consequências a longo prazo, podendo afetar a geração de valor pelas empresas. Esta nova abordagem foi embasada nas recomendações publicadas pela TCFD, nas quais foi solicitado que as instituições financeiras façam a identificação e divulgação transparente de risco ligadas às mudanças climáticas, além de sugerir análise de elementos climáticos como elementos-chave para a resiliência da estratégia de negócio.



Até novembro de 2018 a gestão dos riscos decorrentes de mudanças climáticas era realizada no BB no âmbito do risco socioambiental. Em razão da possibilidade de perdas decorrentes do desencadeamento de eventos climáticos extremos e da transição dos negócios para uma economia de baixo carbono, podendo afetar a geração de valor pelas empresas, o risco climático passou a ser considerado ainda mais relevante nas decisões estratégicas, pois é elemento que irá influenciar a rentabilidade futura dos negócios do Banco.

Os efeitos das mudanças climáticas podem influenciar diversos segmentos do mercado. Assim, busca-se conhecer e mensurar o impacto dos riscos físicos e de transição nas carteiras de financiamento e seguros. Os riscos físicos relacionados a eventos climáticos extremos, como inundações e vendavais, são considerados nas avaliações por estarem diretamente relacionados ao aumento dos custos operacionais e à redução da receita dos negócios.

Nos processos de concessão e condução de empréstimos e financiamentos, o gerenciamento do risco climático é particularmente importante, já que o Banco do Brasil é o maior financiador do agronegócio brasileiro, com 60% de participação no mercado. Assim, os riscos climáticos têm impactos significativos sobre a atividade rural financiada pelo BB, em função da sua vulnerabilidade a eventos climáticos extremos cada vez mais recorrentes e intensos.

Como forma de minimizar esses riscos, observamos as recomendações do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, revisadas anualmente, que indicam os municípios com aptidão climática e de solo para determinadas culturas e quais as cultivares mais adaptadas. Ainda, os clientes BB também têm à disposição um portfólio de produtos que inclui Seguro Agrícola, Seguro Agrícola Faturamento, Proagro e Proagro Mais.

O registro de eventos climáticos é realizado através do Sistema de Monitoramento de Risco Climático que abrange todo o território nacional baseado em alertas de eventos climáticos emitidos pela rede de assessores de agronegócios que são registrados no Painel de Acompanhamento da Safra e permitem observar a reincidência de eventos extremos e mudanças no padrão climático local e adotar medidas preventivas para mitigação de perdas de safra.



Oportunidades negociais

Sobre as oportunidades decorrentes das mudanças climáticas, o Banco apoia iniciativas voltadas à mitigação, como o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), que representa oportunidade tanto para o BB como para os produtores rurais.

O Programa ABC possui potencial para contribuir com o atingimento das metas ambientais do Acordo de Paris (NDCs). Seu papel é especialmente relevante, já que o Brasil apresentou metas não condicionadas ao recebimento de recursos internacionais, o que justifica ainda mais a necessidade de seu fortalecimento e alinhamento aos objetivos de mitigação de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

Desde seu lançamento, em 2010, o BB vem liderando a iniciativa, que financia sistemas sustentáveis de produção agropecuária, com capacidade reconhecida de reduzir ou sequestrar emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e promover a produção de vegetação/biomassa e de alimentos, bem como a preservação do meio ambiente.

Iniciativas direcionadas à redução das emissões de CO₂ na atividade agropecuária amparadas pelo Programa ABC implicaram em contratações de operações, em 2018, no valor de R\$ 1,7 bilhão a um custo de contratação de R\$ 6 milhões. Os clientes também têm à disposição um portfólio de produtos que inclui Seguro Agrícola, Seguro Agrícola Faturamento, Proagro e Proagro Mais. No ano/safra 2017-2018 (período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018), 64,7% de todo o custeio agrícola, no montante de R\$

31,2 bilhões, contaram com a cobertura do Seguro Agrícola e do Proagro para mitigação de risco de perda da produção em virtude de eventos climáticos extremos.

Ainda, com destaque nacional no desenvolvimento de soluções financeiras e modelos de negócios que promovam a transição para uma Economia Verde e Inclusiva, consideramos as mudanças climáticas no planejamento e aproveitamos oportunidades de negócios para uma economia de baixo carbono, especialmente para atender às necessidades de redução de emissões assumidas pelo Brasil na Conferência de Paris.

Com base em metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que trata da mensuração e identificação de recursos alocados em setores da Economia Verde, em 2018 a carteira de negócios verdes do BB apresentou um saldo de R\$ 189,6 bilhões. Ela é integrada por operações de crédito relacionadas a investimentos e empréstimos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção sustentável, transporte sustentável, turismo sustentável, água, pesca, floresta, agricultura sustentável e gestão de resíduos.

Destaca-se ainda que em 2016 o BB aderiu ao Programa Supply Chain do CDP e, em 2017, passou a contar com dados quantitativos e qualitativos referentes aos riscos e oportunidades de mudanças climáticas, gerenciamento de GEE e recursos hídricos da cadeia de valor dos fornecedores para a definição de estratégias de atuação com esse público.



Saiba mais em: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/sustentabilidade/>

Sistema de Gestão Ambiental BB

A gestão interna dos efeitos das mudanças climáticas está alinhada ao Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, em relação ao desenvolvimento de iniciativas e adoção de práticas que contribuam para a mitigação dos efeitos das operações frente aos aspectos socioambientais.

O Sistema de Gestão Ambiental – SGA do BB se encontra em conformidade com a legislação ambiental, tendo como referência a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14.001. O Sistema consiste num conjunto de objetivos, premissas, requisitos, responsabilidades, programas, iniciativas e normas para a implementação das diretrizes ambientais, alinhadas à Política Específica de Responsabilidade Socioambiental do BB.

É premissa do SGA do BB considerar o contexto externo e interno da organização na busca da melhoria contínua de seu Sistema. O SGA do BB executa ações de comunicação para estimular o consumo eficiente de recursos naturais e prevenir a poluição, por meio da conscientização, engajamento e fortalecimento da cultura em RSA. Assim como a busca contínua por aprimoramento das competências em gestão ambiental, por meio de treinamentos que visam o desenvolvimento de uma conduta ambientalmente adequada dentro e fora do ambiente profissional.

O SGA do BB é composto por Programas, Iniciativas e Indicadores Ambientais, dentre eles:

- Programa de Conservação de Energia - Procen
- Programa de Uso Reacional de Água - Purágua
- Programa de Recondicionamento de Cartuchos de Toner - Prorec
- Programa Coleta Seletiva
- PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
- Compras e Contratações Sustentáveis
- Projeto de Redução do Consumo de Papel
- Destinação de Bens Móveis de Uso Inservíveis
- Certificação ISO 14.001
- Indicador: Índice Eficiência Operacional - IEO

A seguir estão destacadas algumas iniciativas que contribuem para a redução de emissões de GEE.

➤ **Consumo de energia de fontes renováveis**

O Banco do Brasil e a EDP, uma das maiores empresas privadas do setor elétrico do mundo, firmaram em 2018 parceria para a entrada do Banco no mercado livre de energia. A contratação irá disponibilizar cerca de 400 GWh para 24 dependências do BB localizadas em 14 estados, em um contrato de cinco anos de duração. Para se ter uma ideia do volume contratado, a energia adquirida equivale ao consumo anual de uma cidade com 130 mil habitantes.

Com a entrada no ambiente de contratação livre (ACL), o BB estima uma redução de cerca de R\$ 50 milhões com energia elétrica se comparado ao gasto realizado no chamado ambiente contratação regulada (ACR), que são as empresas distribuidoras que abastecem Sistema Integrado Nacional (SIN).

O grande benefício da parceria é que a energia adquirida será do tipo incentivada, originária de geradores de fontes renováveis, como eólica, solar e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), o que reafirma o compromisso do Banco na adoção de ações que envolvem redução das emissões de GEE nas suas operações.

Paralelamente, BB abriu edital para contratação de empresa, na modalidade de geração distribuída, que irá proporcionar energia elétrica por meio de fonte fotovoltaica, obtida através da conversão direta da luz solar em eletricidade. O Banco pretende, até 2020, abastecer 58 dependências no estado de Minas Gerais com essa energia, o que corresponde a um sexto do consumo com eletricidade naquele estado.

Em 2018, as iniciativas para redução do consumo de eletricidade, que englobou ações de conscientização interna, substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED e a modernização de aparelhos de ar-condicionado, evitaram despesa de R\$ 8 milhões. Em relação ao consumo de energia elétrica, houve redução de 1,8% na comparação com 2017. Os 11 milhões de kWh economizados são suficientes para fornecer energia elétrica a mais de 5,8 mil habitantes ao ano.

➤ **Salas de Áudio e Videoconferência**

Visando otimizar o volume de deslocamentos aéreos e terrestres de funcionários em serviço, o BB possui em funcionamento 662 salas de Áudio e Videoconferência ante 437 do ano anterior, o que significa um incremento de 51% na quantidade de equipamentos, distribuídos em dependências de todas as unidades da federação e no exterior.

➤ **Programa Coleta Seletiva**

O Programa Coleta Seletiva contempla a gestão dos resíduos sólidos recicláveis não perigosos (papel, plástico, metal e vidro) gerados nas dependências do BB que são encaminhados para reciclagem em consonância com políticas públicas e legislações ambientais vigentes. Em 2018, o programa atingiu a marca de 1.848 dependências com processo implementado.

➤ **Certificações Ambientais – ISO 14.001 e LEED**

O Edifício Banco do Brasil (*Green Towers*), em Brasília, nova sede das unidades estratégicas do BB, já possui certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*) - Construção Sustentável e que está em processo de certificação da ISO 14.001, mais uma vez demonstrando a importância que o tema possui internamente.

Para garantir a premissa de melhoria contínua do SGA, o Banco implementou processo de auditoria interna e formou seus próprios auditores ambientais certificados. Esta equipe multidisciplinar verifica os processos e resultados de gestão periodicamente.

Dentre as ações definidas na Agenda 30 BB, estão a certificação ISO 14.001 para mais dois edifícios, sendo eles, Ed. Sede BB São Paulo Av. Paulista – Diretoria de Mercado de Capitais até o final de 2019 e Ed. Tancredo Neves CCBB – DF até 2020.

➤ **Índice Eficiência Operacional**

O Índice Eficiência Operacional (IEO) visa disseminar a cultura e a prática de ecoeficiência entre os funcionários do BB, por meio da redução do consumo de recursos naturais e da gestão dos resíduos sólidos recicláveis não perigosos descartados pelas dependências.

O acompanhamento do desempenho ambiental é feito por meio de indicadores de consumo de energia elétrica, água e papel, e o registro de descarte de resíduos sólidos recicláveis não perigosos (papel, plástico, metal e vidro), não recicláveis (rejeitos) e orgânicos descartados pelas dependências do BB.

➤ **Gestão do Carbono**

O Inventário de Emissões de GEE do BB é a principal ferramenta para a gestão do carbono no Banco. O inventário é construído sob a abordagem de Controle Operacional, considerando as mais de 5.000 dependências em todo o país (agências varejo, atacado e governo, unidades regionais e unidades estratégicas)

O cálculo das emissões de GEE do Banco seguem as especificações do Programa Brasileiro GHG Protocol e contabiliza os gases emitidos por suas atividades diretas no Escopo 1 (combustão estacionária, combustão móvel e emissões fugitivas), Escopo 2 (consumo de energia elétrica) e das atividades que influenciam o Escopo 3 (transporte e distribuição, transporte e distribuição, viagens a negócio, deslocamento de funcionários, resíduos sólidos e líquidos da operação).

O Inventário passa por verificação externa, conforme definições ISO 14.064, parte que atesta se as informações constantes no inventário de GEE são completas, precisas, consistentes, transparentes e sem discrepâncias. O inventário de GEE do BB é certificado com o selo ouro desde 2010.

O dados de emissões GEE do BB são publicados anualmente no portal eletrônico do Registro Público de Emissões (www.registropublicodeemissoes.com.br). As informações ainda são disponibilizadas para o mercado via CDP e Relatório anual (www.bb.com.br/ri), além de compor os relatos de indicadores Socioambientais nacionais, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da BMF&Bovespa, e internacionais, como o *Dow Jones Sustainability Index* – DJSI, da Bolsa de Nova Iorque.

Em 2019, o BB se comprometeu a compensar as emissões de GEE dos escopos 1 e 2, mediante a aquisição de créditos de carbono no mercado voluntário, regulado ou decorrente da sua atuação no mercado de carbono.

➤ *Transporte compartilhado de malote Febraban / Numerário)*

O Banco do Brasil participa, em conjunto com outros bancos e fornecedores de transportes, da estrutura de transporte de malote e numerário coordenado pela Febraban. A participação do BB representa, hoje, 34%.

Metas de redução



Programa de Conservação de Energia

Redução de 2% em relação ao consumo de 2018



Programa de Uso Racional da Água

Redução de 1% em relação ao consumo de 2018



Programa BB Papel Zero

Redução de 50% do consumo de papel até 2020, em relação a 2017

25

Migração para o Mercado Livre de Energia

Unidades BB que migrarão para o Mercado Livre até 2020

100

Programa Coleta Seletiva

Unidades BB que serão incluídas no Programa em 2019

Transparência de nossas ações

➤ Índice ICO₂ da B3

Em 17 de junho de 2010 o BB fez sua adesão ao ICO₂ da B3, Bolsa de Valores de São Paulo. O ICO₂ é composto por ações das companhias participantes do índice IBrX-50 e considera em sua ponderação não apenas o *free float* das ações das empresas, mas também o grau de eficiência de emissões de gases de efeito estufa, identificado por meio de análise dos inventários de emissões.

Com isso, o BB vem demonstrando ao mercado o compromisso com a transparência, bem como a disposição na busca pelo alinhamento às melhores práticas referentes à ecoeficiência empresarial e a contribuição para uma economia de baixo carbono, coerente com o disposto em sua estratégia e em sua Política de Responsabilidade Socioambiental.

Nosso compromisso para o futuro

Nós, do Banco do Brasil, procuramos, de forma construtiva e transparente, enfrentar os desafios de conciliar a competitividade empresarial com a construção de um mundo mais sustentável e socialmente justo, e, por esse motivo, o tema Mudanças Climáticas tem grande relevância em nossa empresa.

Para avançarmos nesse sentido e atentos ao cenário internacional e às necessidades de nosso País, bem como aos rumos do setor financeiro, trabalhamos, com nossa Agenda 30 BB, a conexão de nossas estratégias de negócios com as prioridades globais. Buscamos soluções inovadoras para os desafios, mantendo um modelo de atuação sustentável, que conjuga performance financeira com responsabilidade socioambiental, em consonância com a nossa história.

Nesse sentido, buscamos atuar de forma proativa e inovadora na criação e no aprimoramento de soluções

financeiras que estimulam e auxiliam governos, empresas e pessoas a implementarem ações de redução de emissões de gases de efeito estufa e de adaptação aos efeitos atuais e esperados das mudanças climáticas, colaborando na transição para uma economia de baixo carbono.

Para isso, empreendemos esforços para aumentar os financiamentos e/ou investimentos para:

- projetos de geração, distribuição e consumo de energia renovável, incluindo a microgeração descentralizada;
- projetos de eficiência energética para indústrias, visando a substituição por máquinas e equipamentos mais eficientes e para empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais;
- projetos de agricultura de baixo carbono e para a adoção de práticas agropecuárias sustentáveis;
- projetos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável e o reflorestamento de florestas nativas e comerciais;
- mobilidade urbana, eficiência energética e mitigação e adaptação de cidades e seus cidadãos aos efeitos das mudanças climáticas;
- acesso de investidores e empresas a capital direcionado à economia de baixo carbono via instrumentos de mercado de capitais;
- projetos e instrumentos econômicos e financeiros que apoiem a implementação da Política Nacional de Mudança do Clima e da Política Nacional de Redução de Emissões;
- engajamento com governos, academia, empresas e terceiro setor para a promoção conjunta de ações que contribuam para a transição para economia de baixo carbono.

Esperamos, assim, seguir gerando o valor no longo prazo tanto para os acionistas, quanto para a sociedade e construindo, pouco a pouco, um mundo mais justo e humano para as gerações que estão por vir.

Este compromisso está fundamentado em um Plano de Ação prático para os próximos 5 anos e alinhado à estratégia da empresa, à Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil - PRSA e ao Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB.

O Plano de Ação tem como principal foco o core business do BB e as finanças climáticas⁵, ou seja, a disponibilização

de soluções financeiras de baixo carbono, que estão organizadas em pilares de atuação e em atividades específicas.

A atuação do foco principal é suportada pelo foco em gestão climática, que provém apoio organizacional e estruturante, a partir de ações internas e externas, organizadas em pilares e atividades correlatas, conforme fluxo a seguir:



5. O Comitê Permanente de Finanças da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), define finanças climáticas como: "Financiamento que visa reduzir as emissões e melhorar os sumidouros de gases de efeito estufa e tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade, a manutenção e o aumento da resiliência dos sistemas humanos e ecológicos aos impactos negativos das mudanças climáticas".